Uma recente reportagem do *Financial Times*, intitulada *“Como as pensões devoraram o Estado”*, de autoria do jornalista John Burn-Murdoch, apresenta uma reflexão que merece atenção especial de todos aqueles que se dedicam ao futuro da proteção social. A publicação analisa os efeitos do envelhecimento populacional sobre os sistemas públicos de previdência dos países desenvolvidos e revela uma realidade preocupante: o crescimento das despesas previdenciárias está comprometendo parcelas cada vez maiores dos orçamentos públicos, reduzindo a capacidade de investimento dos governos e ampliando as tensões entre gerações.

O estudo apresenta uma constatação relevante. Os sistemas públicos de previdência, concebidos originalmente para combater a pobreza na velhice, alcançaram resultados extraordinários. Em diversos países, os aposentados deixaram de constituir o grupo etário mais vulnerável e passaram a apresentar condições econômicas relativamente favoráveis. Entretanto, o sucesso dessa política social trouxe novos desafios, sobretudo diante do aumento da longevidade, da redução das taxas de natalidade e do menor crescimento da população economicamente ativa.

A questão central não está em questionar a legitimidade dos benefícios previdenciários, muito menos em estabelecer uma oposição entre jovens e idosos. Trata-se de reconhecer que as transformações demográficas exigem adaptações estruturais para preservar a sustentabilidade dos sistemas e assegurar proteção adequada às atuais e futuras gerações.

A reportagem demonstra que os sistemas previdenciários baseados predominantemente no regime de repartição enfrentam pressões crescentes. Nesse modelo, as contribuições dos trabalhadores ativos financiam os benefícios dos aposentados. Seu equilíbrio depende, portanto, de uma relação adequada entre contribuintes e beneficiários, além do desempenho da economia e da evolução dos salários.

Durante décadas, o crescimento da força de trabalho e a expansão econômica favoreceram esse arranjo. Hoje, porém, as condições são substancialmente diferentes.

Na França, na Espanha e na Itália, aproximadamente um quarto dos gastos públicos é destinado ao pagamento de pensões. Na Espanha, as contribuições previdenciárias correspondem a cerca de 9% do Produto Interno Bruto, enquanto as despesas com benefícios alcançam 11%. A diferença precisa ser financiada por outras receitas públicas ou pelo endividamento.

O estudo revela ainda que aproximadamente dois terços do crescimento do PIB per capita espanhol desde 2008 foram absorvidos pelo aumento dos gastos previdenciários. Na França, essa proporção alcançou cerca de um terço.

Esses números evidenciam um problema que ultrapassa a dimensão estritamente previdenciária. Quando parcelas crescentes dos recursos públicos precisam ser destinadas ao pagamento de benefícios, diminui o espaço fiscal para investimentos em educação, infraestrutura, saúde e outras políticas essenciais ao desenvolvimento econômico e social.

A sustentabilidade previdenciária, portanto, não pode ser examinada isoladamente. Ela integra um desafio mais amplo de equilíbrio das contas públicas, crescimento econômico e justiça entre gerações.

Um dos aspectos mais relevantes da reportagem é a comparação entre países que permanecem fortemente dependentes dos sistemas públicos de repartição e aqueles que desenvolveram modelos previdenciários com participação expressiva da capitalização.

Dinamarca, Holanda, Austrália e Suécia oferecem experiências particularmente interessantes.

Na Dinamarca, os planos previdenciários empresariais capitalizados desempenham papel fundamental na formação da renda dos aposentados. A proteção pública atua de maneira complementar, com mecanismos de direcionamento dos benefícios à população de menor renda. O país também adotou regras de atualização da idade de aposentadoria vinculadas à evolução da expectativa de vida.

Na Austrália, a contribuição patronal obrigatória para planos previdenciários capitalizados alcança atualmente 12% dos rendimentos dos trabalhadores. O modelo combina a constituição de reservas individuais com uma proteção pública destinada, prioritariamente, àqueles que necessitam de maior apoio.

A Suécia, por sua vez, realizou uma profunda reforma previdenciária na década de 1990. Entre as principais mudanças, destacam-se a introdução de mecanismos automáticos de ajuste à longevidade, a adoção de regras contributivas mais diretamente vinculadas ao financiamento dos benefícios e a constituição de contas individuais de investimento.

Naturalmente, nenhum desses modelos pode ser simplesmente transplantado para outra realidade. Cada país possui características demográficas, econômicas, institucionais e sociais próprias.

Entretanto, as experiências internacionais revelam uma orientação importante: a combinação entre proteção pública e previdência capitalizada pode proporcionar maior diversificação das fontes de financiamento da aposentadoria e contribuir para a sustentabilidade dos sistemas de proteção social.

Não se trata de abandonar a solidariedade, mas de encontrar formas de preservá-la em bases economicamente sustentáveis.

O debate internacional reforça uma convicção que temos defendido na Abrapp: a previdência complementar deve ser compreendida como parte integrante de uma política moderna de proteção social.

O regime de capitalização apresenta uma característica fundamental. As contribuições realizadas ao longo da vida profissional são acumuladas e investidas para financiar os benefícios futuros, observadas as características e os compromissos de cada modalidade de plano.

Diferentemente da repartição, na qual o financiamento dos benefícios depende diretamente das contribuições correntes, a capitalização permite a constituição antecipada de reservas previdenciárias.

Essa característica contribui para reduzir a dependência exclusiva das transferências entre gerações, embora não elimine os riscos associados aos investimentos, à longevidade e às transformações econômicas.

No caso brasileiro, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar — EFPC — reúnem atributos especialmente relevantes para essa finalidade.

São instituições sem fins lucrativos, orientadas ao pagamento de benefícios previdenciários, com horizonte de investimentos de longo prazo e estruturas próprias de governança, fiscalização e gestão de riscos.

Administram patrimônio da ordem de R$ 1,4 trilhão, representando uma importante reserva de poupança previdenciária e contribuindo para a segurança financeira de milhões de brasileiros.

É fundamental recordar que as EFPC existem para pagar benefícios. Essa é sua finalidade essencial e o princípio que deve orientar suas decisões, sua governança e suas estratégias de investimento.

A formação de poupança de longo prazo também pode produzir efeitos positivos para a economia,

contribuindo para o financiamento de investimentos produtivos, sempre observados os deveres fiduciários e a prioridade absoluta dos compromissos previdenciários.

Se nos países desenvolvidos o debate está fortemente concentrado na sustentabilidade dos benefícios existentes, no Brasil precisamos enfrentar simultaneamente outro desafio: ampliar o acesso à proteção previdenciária.

A previdência complementar fechada brasileira construiu, ao longo de quase cinco décadas, uma trajetória de desenvolvimento institucional, profissionalização e acumulação de reservas. Entretanto, sua cobertura ainda é limitada diante do universo de trabalhadores que poderiam se beneficiar desse instrumento.

Milhões de brasileiros, especialmente trabalhadores autônomos, informais, microempreendedores individuais e profissionais vinculados às plataformas digitais, permanecem distantes dos mecanismos de formação de poupança previdenciária de longo prazo.

Essa realidade exige inovação.

É nesse contexto que a Abrapp vem defendendo o desenvolvimento de novos modelos previdenciários, com destaque para o projeto das micropensões.

A proposta busca criar condições para que trabalhadores com rendimentos variáveis, vínculos profissionais não tradicionais e capacidade contributiva irregular possam constituir reservas previdenciárias ao longo de suas trajetórias profissionais.

A utilização de tecnologias digitais, a simplificação dos mecanismos de adesão e contribuição, a redução dos custos operacionais e a construção de soluções compatíveis com a realidade desses trabalhadores são elementos essenciais dessa agenda.

Precisamos superar a visão de que a previdência complementar é um benefício restrito aos trabalhadores vinculados às grandes organizações.

Esse é um dos caminhos para democratizar a formação de poupança previdenciária, ampliar a proteção social e construir uma sociedade mais preparada para os desafios da longevidade.

As evidências apresentadas pelo *Financial Times* também reforçam a necessidade de ampliar o debate sobre a arquitetura do sistema previdenciário brasileiro.

O país precisa avançar na construção de um modelo capaz de conciliar proteção social, equilíbrio fiscal, sustentabilidade atuarial e formação de poupança de longo prazo.

Nesse contexto, ganha relevância a discussão sobre a complementaridade entre os regimes de repartição e capitalização.

A previdência pública deve continuar desempenhando seu papel fundamental na proteção social, especialmente para os segmentos de menor renda e maior vulnerabilidade.

Paralelamente, a expansão dos mecanismos de capitalização pode contribuir para a formação de reservas destinadas ao financiamento dos benefícios futuros, reduzindo gradualmente a pressão sobre os recursos públicos.

Naturalmente, qualquer transformação dessa natureza exige estudos aprofundados, avaliação dos custos de transição, respeito aos direitos constituídos e amplo diálogo com a sociedade.

Não existem soluções simples para problemas estruturais dessa magnitude.

Mas também não podemos ignorar as evidências internacionais ou adiar indefinidamente um

debate que será cada vez mais necessário.

O Brasil dispõe de instituições, conhecimento técnico e experiência acumulada para contribuir com a construção de alternativas consistentes.

As EFPC representam um patrimônio institucional que precisa ser valorizado e integrado a essa reflexão.

A reportagem do *Financial Times* deixa uma mensagem especialmente importante: os sistemas previdenciários precisam evoluir antes que os desequilíbrios demográficos e fiscais comprometam sua capacidade de cumprir os compromissos assumidos.

A experiência internacional demonstra que reformas estruturais exigem tempo, planejamento, diálogo e determinação política.

No Brasil, temos a oportunidade de transformar esse desafio em uma agenda positiva de desenvolvimento.

A ampliação da previdência complementar, a inclusão de novos segmentos da população, o fortalecimento da educação financeira e previdenciária e a modernização do ambiente regulatório constituem iniciativas fundamentais para esse propósito.

A Abrapp está comprometida com essa transformação, trabalhando para ampliar o acesso à previdência complementar fechada e fortalecer seu papel na proteção social dos brasileiros.

Mais do que discutir a sustentabilidade financeira dos sistemas, precisamos refletir sobre o modelo de sociedade que desejamos construir.

Uma sociedade na qual o aumento da longevidade represente uma conquista a ser celebrada, e não um fator de insegurança econômica.

Uma sociedade que assegure proteção aos idosos sem comprometer as oportunidades das novas gerações.

Uma sociedade que compreenda a poupança previdenciária como instrumento de cidadania, segurança e desenvolvimento.

O futuro da previdência não será construído pela oposição entre gerações, mas pela combinação equilibrada de solidariedade, responsabilidade, capitalização e inclusão social.

Esse é o caminho para uma previdência mais forte, sustentável e verdadeiramente acessível a todos.

Devanir Silva é Diretor-Presidente da Abrapp

Referência: John Burn-Murdoch. "Como as pensões devoraram o Estado". Financial Times, novembro de 2026.

Fonte: Abrapp em Foco, em 23.11.2026.